

CONDIÇÃO DE SAÚDE DAS MULHERES NO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

WOMEN'S HEALTH CONDITION IN THE BRAZILIAN PRISON SYSTEM: A LITERATURE REVIEW

CONDICIÓN DE SALUD DE LAS MUJERES EN EL SISTEMA CARCELARIO BRASILEÑO: REVISIÓN DE LA LITERATURA

Gabriele de Brito Braga ¹Diogo Henrique Tavares ²Lieni Fredo Herreira ³Vanda Maria da Rosa Jardim ⁴Beatriz Franchini ⁵**Como Citar:**

Braga GB, Tavares DH, Herreira LF, Jardim VMR, Franchini B. Condição de saúde das mulheres no sistema carcerário brasileiro: uma revisão de literatura. *Sanare* (Sobral, Online). 2021;20(1):115-130.

Palavras-chave:

Mulheres; Prisões; Saúde; Brasil; Privação de liberdade.

Keywords:

Prisons; Health; Brazil; Deprivation of liberty.

Palabras clave:

Mujeres; Cárceles; Salud; Brasil; Privación de libertad.

Submetido:

24/10/2020

Aprovado:

21/06/2021

Autor(a) para Correspondência:

Gabriele de Brito Braga
E-mail: gabriele19brito@gmail.com

RESUMO

Objetivou-se, no presente estudo, conhecer as condições de saúde das mulheres privadas de liberdade no Brasil, a partir de uma revisão da literatura científica, por intermédio de revisão integrativa em bancos de dados científicos: SciELO, PubMed, Portal da CAPES e Google acadêmico. Os descritores utilizados foram: mulheres (AND) Prisões (AND) Saúde. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, fez-se a leitura dos artigos e o preenchimento de uma tabela no Excel para analisar os dados. Foram selecionados 36 artigos dentre o período de 2014 a 2019, que tratavam de temas referentes ao perfil epidemiológico das mulheres que cumprem pena no Brasil; saúde ginecológica; saúde mental e acesso à saúde no sistema prisional. O sistema carcerário brasileiro aprisiona, majoritariamente, mulheres negras e pobres, por crime de tráfico de drogas; não proporciona acesso à saúde em diversos contextos vivenciados pela mulher; trata com descaso questões referentes à prevenção e promoção de saúde para Infecções Sexualmente Transmissíveis e saúde mental; e não garante acompanhamento da mulher no período gestacional, conforme a Política de Saúde da Mulher preconiza.

1. Bacharel em Enfermagem. Enfermeira do Hospital Militar de Área de Porto Alegre/RS. E-mail: gabriele19brito@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2484-2283>

2. Bacharel em Enfermagem. Mestre em Ciências. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPel. E-mail: enf.diogotavares@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0961-6421>

3. Bacharel em Enfermagem. Mestre em Ciências. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFPel. E-mail: lienierreiraa@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2069-3839>

4. Bacharel em Enfermagem. Docente da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: vandamrjardim@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8320-4321>

5. Bacharel em Enfermagem. Docente da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: beatrizfranchini@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3122-7091>

ABSTRACT

The objective of this study was to understand the health conditions of women deprived of liberty in Brazil, based on a scientific literature review, by means of an integrative review of scientific databases: SciELO, PubMed, CAPES Portal and Google Scholar. The descriptors used were: Women (AND) Prisons (AND) Health. After applying the inclusion and exclusion criteria, the articles were read and a table was filled in Excel to analyze the data. Thirty-six articles were selected from 2014 to 2019, which dealt with themes related to the epidemiological profile of women who are serving sentences in Brazil; gynecological health; mental health; and access to health in the prison system. The Brazilian prison system imprisons black and poor women for the crime of drug trafficking. It does not provide access to health in different contexts experienced by women, it treats with disregard issues related to the prevention and promotion of health for Sexually Transmitted Infections and mental health, and does not guarantee monitoring women during pregnancy, as recommended by the Women's Health Policy.

RESUMEN

Se ha objetivado, en el presente estudio, conocer las condiciones de salud de las mujeres privadas de libertad en Brasil, a partir de una revisión de la literatura científica, por intermedio de revisión integrativa en las bases de datos científicos: SciELO, PubMed, Portal de CAPES y Google académico. Los descriptores utilizados fueron: mujeres (AND) cárceles (AND) salud. Pasada la aplicación de los criterios de inserción y exclusión, se hizo la lectura de los artículos y el relleno de una tabla en Excel para analizar los datos. Fueron seleccionados 36 artículos entre el período de 2014 y 2019, que trataban de temas referentes al perfil epidemiológico de las mujeres que cumplen la pena en Brasil; salud ginecológica, salud mental y acceso a la salud en el sistema carcelario. El sistema carcelario brasileño, en su mayoría, encarcela mujeres negras y pobres, por crimen de narcotráfico. No proporciona acceso a la salud en diversos contextos vividos por la mujer, trata con descuido cuestiones referentes a la prevención y promoción de salud para Infecciones Sexualmente transmisibles y salud mental, y no garantiza acompañamiento de la mujer en el embarazo conforme la Política de Salud de la mujer propone.

.....

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) norteia-se pelos princípios da universalidade, integralidade, equidade e controle social, devendo atender a todo cidadão brasileiro. Considera-se, nesse sentido, que pessoas privadas de liberdade são dotadas de direitos e também devem obter acesso à saúde assegurado pelo Estado^{1,2}.

Em 2003, foi criado o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário (PNSSP), resultado da parceria entre os Ministérios da Saúde e da Justiça. Esse plano foi instituído para sistematizar o acesso da população, sob a tutela do Estado, aos serviços e ações do SUS em unidades penitenciárias, colônias agrícolas, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico³.

A Portaria n.º 1 de 2 janeiro de 2014 instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do SUS, e tem como proposta assegurar o acesso à saúde das pessoas privadas de liberdade, garantindo que o SUS abarque o cuidado

integral dessa parcela da população⁴. Assim, a atenção à saúde prisional passa a fazer parte da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do SUS.

Os cuidados à população privada de liberdade podem ser realizados pela equipe da Unidade Básica de Saúde (UBS) do território em que a casa prisional se localiza ou por uma Equipe de Saúde no Sistema Prisional (ESP). As unidades prisionais devem estar organizadas na RAS e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)⁴.

Quando quem está privado de liberdade é a população feminina, mulheres vulneráveis (pobres, negras e periféricas), observa-se que ocorre certa negação dos direitos à saúde, por mais que estejam assegurados por lei. Se comparadas a população privada de liberdade e mulheres livres, poder-se-á vislumbrar que o acesso é mais precarizado para a população apenada, isso ocorre em virtude das insuficientes ou inadequadas ações de saúde voltadas à população privada de liberdade⁵.

O período da privação de liberdade não somente

pode, como deve oportunizar promoção, prevenção e tratamento de saúde das mulheres privadas de liberdade, todavia esse movimento não se sucede. Ao abandonarem o sistema carcerário, elas apresentam morbidades físicas e mentais adquiridas no período do cumprimento da pena ou deixam o cárcere tendo seus problemas de saúde pré-existentes agravados⁶. Por essas razões que, apesar do sistema carcerário ser o espaço em que o Estado pune o indivíduo enfaticamente pelo não cumprimento das regras sociais, também é o lugar de cuidado e de garantias fundamentais e direitos humanos. Quando a pessoa adentra o sistema, tem o dever do cumprimento da pena, entretanto não fica desprotegida de seus direitos de cidadã.

O direito de acesso à prevenção, promoção e tratamento em saúde permanece e deve ser garantido pelo Estado brasileiro, e não pensar em estratégias de saúde específicas para essa população pode impactar negativamente a saúde pública. Nesse sentido, considerando o exposto, este estudo tem como objetivo conhecer as condições de saúde das mulheres privadas de liberdade no Brasil, a partir de uma revisão da literatura científica.

METODOLOGIA

Estudo do tipo revisão integrativa (RI) de literatura, em que a realização é importante não só para o desenvolvimento de políticas, protocolos e procedimentos, mas de pensamento crítico⁷. Os processos embarcados na realização da revisão integrativa compreendem: elaboração da pergunta norteadora, busca ou amostragem na literatura, coleta de dados, análise crítica dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação do estudo⁸. Desse modo, tem-se como questão norteadora: “Quais são as condições de saúde da população feminina privada de liberdade no Brasil?”.

A coleta de dados ocorreu no período entre agosto e setembro de 2019. Foram usados os descritores extraídos dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): saúde, mulheres e prisões, com o booleano AND, unicamente, em 3 idiomas (português, inglês e espanhol). Foram incluídas publicações de 2014 a 2019 (em razão da instituição da PNAISP), nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *Publisher Medline* (PUBMED), Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

(CAPES) e Google Acadêmico.

Considerando que a CAPES é um Portal para acesso de diversas bases de dados e periódicos de universidades brasileiras e internacionais, foi utilizada para encontrar estudos não indexados na SciELO.org, no Google Acadêmico e na PUBMED. Para a utilização do Portal da CAPES, foram seguidos os passos: seção “busca por assunto”, “busca avançada”, descrição de estratégia de busca – sem demarcar os filtros disponíveis, o que permitiu a investigação ampliada.

Dentre os critérios de inclusão que orientaram a seleção, estão: artigos originais, publicação completa (em português, inglês e espanhol) e artigos que tratassem somente da temática da saúde das mulheres privadas de liberdade no Brasil.

Na primeira etapa, utilizando-se os descritores, foi obtido o resultado de 1.030 artigos. Com a realização da leitura dos títulos e resumos e aplicando os critérios preestabelecidos, foram excluídos 943 artigos que não condiziam com a proposta e 44 que estavam publicados em mais de uma base de dados.

No Google Acadêmico foram encontradas 990 publicações, sendo 943 excluídas por não atenderem aos critérios elencados e 23 duplicatas, restando 27 artigos. Na SciELO, encontraram-se 22 artigos, sendo 11 duplicatas e um que não se enquadrava nos critérios elencados, sendo selecionados dez estudos. Já no portal da CAPES foram encontrados nove artigos, sendo sete encontrados nos bancos de dados, restando dois artigos. Na base da PUBMED foram encontrados nove artigos, sendo cinco duplicatas, restando quatro artigos nessa base. Foi preenchida uma tabela, no programa Excel, contendo as seguintes colunas para preenchimento de dados: título, autores, periódico, página, volume, ano de publicação, endereço eletrônico, método, resumo e resultados. Com ela, fez-se uma primeira análise dos estudos encontrados.

Após a aplicação dos critérios para a seleção, restaram 43 artigos, sendo dez (23,25%) na base SciELO, dois (4,65%) no portal da CAPES, quatro (9,30%) na PUBMED e 27 (62,79%) no Google Acadêmico. Na etapa seguinte foi realizada a leitura completa dos estudos selecionados para identificar os que respondiam à questão norteadora da pesquisa.

Com a leitura completa dos artigos foi possível identificar sete revisões de literatura que foram excluídas do banco de artigo e do processo de

análise e discussão deste trabalho. Somaram-se, ao todo, 36 artigos científicos. Na etapa final, os estudos foram agrupados por temática, para a realização das discussões.

RESULTADOS

Com a estratégia de busca foram selecionados 36 estudos para esta revisão. No Quadro 1 é apresentado um detalhamento dos artigos selecionados na RI.

Quadro 1. Detalhamento dos artigos selecionados para a RI.

Título	Objetivo	Periódico e ano	Abordagem
Distorção e insatisfação da imagem corporal em mulheres encarceradas ⁹	Estimar a prevalência da distorção e da insatisfação com a Imagem Corporal e identificar seus fatores associados numa população de mulheres encarceradas em regime fechado.	Revista de Nutrição, 2019	Censo
Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão ¹⁰	Compreender as representações sociais de gestantes e puérperas encarceradas sobre o parir na prisão.	Interface – Comunicação Saúde, Educação, 2019	Qualitativa
Saúde sexual e saúde reprodutiva no cárcere: Uma discussão necessária para garantia de direitos das mulheres privadas de liberdade ¹¹	Discutir o acesso à saúde sexual e reprodutiva das mulheres em privação de liberdade, a partir dos direitos sexuais e reprodutivos, numa perspectiva interseccional de gênero.	Revista Catarinense de História, 2019	Qualitativa
Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção de nutrizes encarceradas ¹²	Desvelar a promoção do aleitamento materno no sistema prisional, a partir da percepção de nutrizes encarceradas, à luz da estrutura dos sistemas abertos de Imogene King.	Texto e Contexto -Enfermagem, 2018	Qualitativa
Common mental disorder among incarcerated women: a study on prevalence and associated factors ¹³	Analisar a prevalência e os fatores associados ao transtorno mental comum entre mulheres encarceradas.	Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2018	Estudo transversal
O impacto da prisão na saúde mental dos presos do Estado do Rio de Janeiro, Brasil ¹⁴	Analisar as condições de saúde mental dos presos e custodiados do Estado do Rio de Janeiro e sua relação com o aprisionamento, através da análise de escala de depressão e do Inventário de Sintomas de Estresse.	Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2016	Quantitativa

Título	Objetivo	Periódico e ano	Abordagem
Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas ¹⁵	Identificar os Diagnósticos de Enfermagem de nutrizes em privação de liberdade pela Taxonomia II da NANDA-I.	Revista da Escola de Enfermagem da USP, 2018	Quantitativa
Infopen Mulheres de 2014 e 2018: Desafios para a Pesquisa em Psicologia ¹⁶	Analisar comparativamente os Levantamentos Nacionais de Informações Penitenciárias das Mulheres, de 2014 e 2018, com a finalidade de mapear e problematizar questões e desafios pertinentes à pesquisa psicológica.	Psicologia: Ciência e Profissão, 2018	Análise documental
Saúde como direito: aparatos legais e estrutura da atenção no sistema prisional de Mato Grosso ¹⁷	Identificar e descrever em quais aparatos legais se ampara e como se configura a atenção à saúde como direito das pessoas privadas de liberdade em Mato Grosso.	Revista Direitos, Trabalho e Política Social, 2018 (Revista no campo do Direito)	Qualitativa
Dificuldades das mulheres privadas de liberdade no acesso aos serviços de saúde ¹⁸	Conhecer como se dá o acesso aos serviços de saúde pelas reeducandas de uma cadeia pública.	Revista Brasileira em Promoção da Saúde, 2018	Qualitativa
Eficácia de ação educativa com reeducandas de cadeia pública de Mato Grosso sobre o vírus HPV ¹⁹	Analisar o impacto de ação educativa realizada com reeducandas de Cadeia Pública Feminina de Mato Grosso	Revista Saúde e Pesquisa, 2018	Estudo experimental
Avaliação do conhecimento de reeducandas de cadeia pública de Mato Grosso sobre o câncer de mama e câncer de colo do útero ²¹	Avaliar o conhecimento de reeducandas sobre câncer de mama e colo do útero a fim de instrumentalizá-las por meio da educação em saúde.	Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção, 2018	Estudo experimental
Mulheres encarceradas: perfil, sexualidade e conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis ²²	Investigar as experiências relacionadas à sexualidade e o conhecimento sobre a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis de mulheres encarceradas.	Revista UNINGÁ, 2017	Quantitativa
Maternidade na Prisão: consequências do sistema carcerário ²³	Elucidar sobre a atual situação das mães e grávidas detentas no sistema penitenciário brasileiro, em especial na cidade de Juiz de Fora – MG.	Jornal Eletrônico das FIVJ, 2017	Observação direta

Título	Objetivo	Periódico e ano	Abordagem
Saúde de mulheres no climatério em sistema prisional ²⁴	Identificar sinais, sintomas e problemas que afetam a saúde, nos relatos de mulheres que passam pelo período do climatério, quando se encontram privadas de liberdade.	Cogitare Enfermagem, 2017	Qualitativa
Circulação e consumo de drogas em uma penitenciária feminina: percepções de uma equipe de saúde prisional ²⁵	Analisar a percepção de uma equipe de saúde prisional quanto à circulação e ao consumo de drogas feitos por mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária.	Saúde em Debate, 2017	Qualitativa
Prevalence of syphilis and HIV infection during pregnancy in incarcerated women and the incidence of congenital syphilis in births in prison in Brazil ²⁶	Estimar a prevalência de infecção de sífilis e HIV na gravidez, transmissão vertical de sífilis e incidência de sífilis congênita em filhos de mulheres encarceradas no Brasil, comparar as taxas com aquelas observadas em gestantes não encarceradas e verificar os fatores maternos associados à sífilis gestacional em mulheres encarceradas e não encarceradas, por meio dos dados de dois inquéritos nacionais realizados entre 2011 e 2014.	Cadernos de Saúde Pública, 2017	Censo
Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do Rio de Janeiro ²⁷	Identificar los factores relacionados con la salud mental de las mujeres en una prisión en el estado de Río de Janeiro.	Texto e Contexto -Enfermagem, 2017	Qualitativa
A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro ²⁸	Identificar fatores que interferem na saúde física de mulheres encarceradas numa instituição prisional no Estado do Rio de Janeiro.	Escola Anna Nery, 2017	Qualitativa

Título	Objetivo	Periódico e ano	Abordagem
Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais ²⁹	Analisar a trajetória de cuidado de mulheres de um Centro de Referência a Gestantes Privadas de Liberdade (CRGPL), no que concerne às práticas dos trabalhadores no reconhecimento do direito à saúde e integralidade do cuidado.	Revista de Saúde Coletiva, 2016	Observação direta
Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil ³⁰	Traçar o perfil da população feminina encarcerada que vive com seus filhos em unidades prisionais femininas das capitais e regiões metropolitanas do Brasil, bem como as condições e as práticas relacionadas à atenção à gestação e ao parto durante o encarceramento.	Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2016	Censo
Inquérito sobre condições de saúde de mulheres encarceradas ³¹	Avaliar o perfil sociodemográfico e as condições de saúde de mulheres encarceradas. Método: Estudo transversal com 1.013 mulheres, realizado em penitenciária feminina.	Saúde em Debate, 2016	Estudo transversal
Vulnerabilidades no envolvimento feminino com drogas: um estudo com mulheres em situação de prisão ³²	Descrever elementos de vulnerabilidade no envolvimento feminino com drogas.	Revista Enfermagem Contemporânea, 2016	Qualitativa
Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade ³³	Identificar e discutir violações e desafios à efetivação dos direitos reprodutivos das mulheres em situação de privação de liberdade, com ênfase na saúde sexual e reprodutiva.	Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2016	Descritiva
Perfil socioeconômico e saúde ginecológica de presidiárias ³⁴	Identificar o perfil socioeconômico e ginecológico de mulheres detidas em regime fechado no município de Alfenas, no sul de Minas Gerais.	Revista de Políticas Públicas, 2016	Quantitativa

Título	Objetivo	Periódico e ano	Abordagem
Perfil epidemiológico da população carcerária feminina de vitória da conquista – BA ³⁵	Traçar o perfil epidemiológico da população carcerária feminina do presídio de Vitória da Conquista-BA	Revista Saúde, 2016	Quantitativa
Exame de Papanicolau em mulheres encarceradas ³⁶	Verificar a cobertura do exame de Papanicolau segundo características sociodemográficas e problemas de saúde referidos entre mulheres encarceradas.	Revista Brasileira de Epidemiologia, 2016	Estudo documental
Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil ³⁷	Discutir as estratégias e os caminhos adotados por familiares de mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFD) para a obtenção de direitos e o acesso às políticas públicas.	Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2016	Qualitativa
Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade ³⁸	Identificar e discutir violações e desafios à efetivação dos direitos reprodutivos das mulheres em situação de privação de liberdade, com ênfase na saúde sexual e reprodutiva.	Revista Ciência & Saúde Coletiva, 2016	Qualitativa
Determinantes sociais proximais relacionados ao câncer cervicouterino em mulheres privadas de liberdade ³⁹	Analisar os determinantes sociais de saúde proximais, considerados fatores de risco para a neoplasia cervicouterina, de mulheres privadas de liberdade segundo o nível 2 do Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC).	Revista Mineira de Enfermagem, 2015	Quantitativa
Vivência da maternidade para presidiárias ⁴⁰	Compreender a vivência da maternidade para presidiárias	Revista Eletrônica de Enfermagem, 2015	Qualitativa
Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. ⁴¹	Analisar as conexões entre saúde, direitos, legislação e políticas públicas a partir da pesquisa documental realizada no âmbito federal e nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraná e São Paulo, acerca das garantias legais das mulheres e seus filhos que vivem no cárcere.	Cadernos de Saúde Pública, 2015	Qualitativa

Título	Objetivo	Periódico e ano	Abordagem
Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina ⁴²	Mapear o uso de medicação psicotrópica em uma prisão feminina identificando os fatores associados ao uso dessas substâncias no contexto prisional.	Revista Psicologia Política, 2015	Qualitativa
Percepção de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência à saúde no sistema penitenciário ⁴³	Conhecer a percepção de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência à saúde no sistema penitenciário.	Revista Interdisciplinar, 2015	Qualitativa
Saúde sexual e reprodutiva no contexto da prisão: vivências de presidiárias de Salvador-BA ⁴⁴	Compreender a vivência de gestantes e puérperas presidiárias quanto à saúde sexual e reprodutiva no contexto da prisão; traçar o perfil sexual e reprodutivo e identificar as ações e cuidados de enfermagem relacionados.	Revista de Enfermagem Contemporânea, 2015	Qualitativa
Prevalência de sífilis em mulheres do sistema prisional de uma capital do Nordeste brasileiro ⁴⁵	Investigar a prevalência de sífilis e fatores associados em internas na penitenciária feminina de Teresina-PI, Brasil.	Revista Eletrônica de Enfermagem, 2015	Corte transversal

Fonte: Dados da pesquisa.

Os estudos encontrados apresentaram maior concentração de publicações nos seguintes anos: 2015 (21,21% – 7 publicações), 2016 (33,33% – 11 publicações), 2017 (21,21% – 7 publicações), 2018 (24,24% – 8 publicações) e 2019 (9,09% – 3 publicações).

Em relação às áreas do conhecimento científico, têm-se: Enfermagem (35% – 12 publicações), Saúde multidisciplinar (24% – 8 publicações), Saúde Coletiva (14% – 5 publicações), Direito (6% – 4 publicações), Psicologia (6% – 2 publicações), Epidemiologia (4% – 2 publicações), Política Pública (4% – 2 publicações), Saúde Pública (4% – 2 publicações) e História (3% – 1 publicação).

Um pouco mais da metade das publicações, em relação à metodologia investigatória, utilizou abordagens qualitativas, com entrevistas e análise documental (19 artigos). Porém, os estudos de abordagem quantitativa, que incluíram desenhos epidemiológicos, censitários, transversais, cortes transversais, experimentais, hipotéticos/dedutivos e observacionais, estão contidos em 17 publicações.

Pode-se observar que as discussões sobre “acesso à saúde” e “direito reprodutivo” foram os temas mais pesquisados pelos autores, seguidos de “parto, maternidade, aleitamento, câncer de colo de útero, climatério”, “saúde mental, uso de psicotrópicos e drogas ilegais”, “educação em saúde, ISTs”, “perfil epidemiológico e estudo censitário” e, com volume inferior de publicações, estudos com temática de “assistência de enfermagem no cárcere”.

DISCUSSÃO

De acordo com o que foi encontrado e o agrupamento dos dados, a discussão será apresentada a partir das temáticas: 1) Perfil epidemiológico das mulheres privadas de liberdade no Brasil e 2) Direito, acesso à saúde e abandono do Estado^{6,16}.

Perfil epidemiológico das mulheres privadas de liberdade no Brasil

O Brasil é um dos cinco países com maior população carcerária do mundo. Um estudo que descreve a média de pessoas presas a cada 100.000 habitantes, no ano de 2012, revelou que os números brasileiros quase dobram proporcionalmente à média mundial (mundo: 145 presos/100.000 habitantes – Brasil: 274 presos/100.000 habitantes)^{6,16}.

Sobre a população feminina apenada, até o ano de 2013, o Brasil era a quarta maior população do planeta terra. No ranking, os Estados Unidos da América ocupavam o primeiro lugar, com 201.200 mulheres presas; China, 84.600; Rússia, 59.200; e Brasil, 35.596. Em 2014, houve um aumento significativo para em torno de 37.380 presas brasileiras. Entretanto, no levantamento de 2018, foi possível observar valores estatísticos ainda maiores: 42.355 mulheres^{6,10}.

Entre 2014 e 2018, ocorreu um aumento do número de apenadas sem condenação – de 30,1% para 45%⁶ (de 11.214 para cerca de 19.000 mulheres presas sem condenação). Quando se diminui a escala geográfica para os estados da federação brasileira, os dados são ainda mais alarmantes, um exemplo é o Amazonas, em que o número equivalente à ausência de decisão condenatória chegou a 81% das presas¹¹.

Em relação às características da população feminina no cárcere, em 2014, apenas 72% tinham o ensino fundamental e, em 2018, esse índice diminuiu para 66%, sendo que, nos estados de Alagoas e Rio Grande do Norte, o analfabetismo era de 20%. Em 2018, observou-se que a maioria dessas mulheres eram jovens, 62% eram solteiras e 74% delas tinham filhos¹⁶. Dos crimes que resultaram em prisão, nesse mesmo ano (2014): 68% correspondiam ao tráfico de drogas, seguidamente de furtos (9%) e roubos (8%)¹⁶.

Em 2018, 62% das mulheres privadas de liberdade cumpriam pena por tráfico de drogas, roubo (11%) e furto (9%)¹⁶. O tempo total do cumprimento da pena variou: embora 29% da população feminina seja condenada por até 4 anos, somente 7% cumpria pena em regime aberto no ano de 2016¹⁶. Sendo que 41% cumpria pena de 4 a 8 anos. O regime semiaberto contemplava apenas 16% do total da população prisional feminina¹⁶.

A maioria das apenadas são jovens, negras e pobres³⁹. Todavia, a pesquisa realizada em uma

cidade da Bahia evidenciou que aquelas que obtinham algum nível escolar tinham a faixa etária de 18 a 22 anos (52,4%); união estável (42,9%); não concluíram o ensino fundamental (61,9%); atuavam como domésticas (42,9%) e 57,1% presas por crime de tráfico de drogas³⁹.

Direito, acesso à saúde e abandono do Estado

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), o conceito de saúde transcende diversas áreas, tendo em vista que é o “bem-estar físico, mental e social” das pessoas. A saúde está assegurada pela Constituição de 1988, no artigo 196, como direito de todos os indivíduos, sem qualquer distinção¹. Saúde se constitui na cidadania e está estabelecida por meio das políticas públicas, que são decisões interligadas e ações programadas para atender diferentes perfis e necessidades populacionais^{17,40}.

A saúde da população prisional é estabelecida no Plano Nacional de Saúde do Sistema Prisional (PNSSP), o qual preconizava que, para cada 500 presos, deveria existir uma equipe mínima de nível ambulatorial composta por: médico, enfermeiro, dentista, psicólogo, assistente social, auxiliar de enfermagem e atendente de consultório dentário^{4,17}. Em 2014, a PNAISP avançou e determinou que as ações de cuidado teriam de ser ofertadas por equipes multidisciplinares presentes em UBS, e aquelas que não fossem possíveis de serem oferecidas por esses serviços deveriam ser supridas pelas demais da rede de saúde⁵.

Nos casos em que não há serviços de saúde nas instituições prisionais, mulheres apenadas são assistidas por outras unidades da RAS, de preferência pelo serviço anexado ao território do presídio. Entretanto, os indicadores de saúde dessa população revelam que as estratégias de prevenção e promoção de saúde deveriam ser angariadas sob a perspectiva de ações direcionadas à prevenção de doenças transmissíveis (tuberculose, hanseníase e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) – HIV, sífilis e hepatites virais) e tratamento das crônicas não transmissíveis (hipertensão arterial sistêmica e diabetes), dentre outros cuidados de suma importância para a saúde da população prisional, como: imunização, saúde bucal e saúde mental⁴.

A literatura evidencia que o acesso à saúde por parte das mulheres privadas de liberdade é insuficiente e que, além disso, as expõe a vulnerabilidades e agravos à saúde^{5,6,20-41}. Nesse

sentido, essa população tem necessidades de saúde que vão da básica até a alta complexidade, como qualquer outro indivíduo¹². Um estudo revelou que 45% das presidiárias referiram não ter doenças, 7% relataram obter diagnóstico de hipertensão arterial sistêmica e 23% apontaram outras patologias²⁷.

Apesar das garantias e direitos constitucionais adquiridos à saúde das mulheres privadas de liberdade, na prática, essas pessoas estão desprotegidas da possibilidade de terem acesso às ações de saúde concebidas em sua integralidade. Esse dado evidencia-se a partir dos serviços de saúde que estão ainda mais precarizados e pela falta de ações estratégicas e planos de promoção e prevenção da saúde específicos para pessoas nessas condições¹⁸. As mulheres em privação de liberdade têm diversas necessidades de saúde, precisam de cuidados nos campos da saúde psicológica e física, porém poucas estratégias são articuladas e realizadas. Os problemas em relação aos serviços de saúde penitenciários são muitos, mas, dentre eles, está a carência de recursos humanos⁶⁻²⁵.

As ações de saúde no sistema carcerário ocorrem da seguinte forma: as mulheres, quando adentram os presídios brasileiros, passam por uma avaliação de saúde em que os profissionais investigam doenças pré-existentes e devidas necessidades; levantam-se os principais problemas de saúde, os quais são repassados à direção geral do presídio que, após uma “triagem”, encaminha os casos de urgência para o atendimento com escolta policial. Dessa forma, o que se observa é a ausência de perspectiva para um cuidado integral, das ações de prevenção e promoção de saúde planejadas a partir de indicadores de saúde. As ações são pontuais (caráter de urgência e emergência) e não programadas¹⁸⁻³⁶.

A precarização da assistência atrela-se ao déficit de profissionais, principalmente de médicos, fato gerador da sobrecarga de trabalho da enfermagem. O enfermeiro torna-se referência para as apenadas, ele escuta e articula o acesso das mulheres aos serviços de saúde. Entretanto, devido à demanda exacerbada, muitas vezes não se consegue atender todas aquelas que precisam de assistência em saúde⁴².

Considerando ações específicas de saúde, alguns estudos revelaram que a população tem dificuldades no acesso, principalmente no que tange às ações de prevenção e promoção de saúde sexual, acesso aos medicamentos e às consultas

de pré-natal. Foi observado que as atividades de prevenção, nesse contexto, são restritas a palestras, norteadas por temáticas heterossexuais, o que não contempla as características de muitas mulheres. Esse processo é marcado pela forma que se vislumbram as mulheres nessas condições: uma vez adentrando no sistema carcerário, se é negado o direito à saúde integral garantido pela Constituição. Isso impossibilita o olhar e o cuidado singular, bem como traz consequências negativas à população carcerária^{18,39}.

O acesso aos serviços compreendidos no processo gestacional e puerperal são ainda mais perversos. Das mulheres no sistema, considera-se que em torno de 25% engravidam no interior do cárcere. Além de não ser proporcionado um local específico para vivenciar os diferentes processos da gestação e maternidade, o acompanhamento e consultas não são oportunizados adequadamente, fatores esses que, em muitos casos, desencadeiam piora nas condições de saúde de ordem mental e física preexistentes das gestantes e mães nas prisões brasileiras¹⁸⁻²⁵.

A saúde reprodutiva e ginecológica ainda é um desafio a ser enfrentado quando se trata da saúde da população carcerária feminina no Brasil⁴³. O acesso à saúde referente a temas de sexualidade e reprodução, no contexto prisional, é restrito, dissonante aos princípios do SUS e humanização da assistência à saúde. Nesse sentido, as vulnerabilidades de saúde da mulher se acentuam ao adentrar a prisão, já que os atendimentos são realizados de acordo com práticas médicas heteronormativas, centralizadas para assistir o ciclo gravídico puerperal e prevenir futuras gestações, com a utilização de contraceptivos¹¹⁻³⁷.

A saúde sexual e reprodutiva das mulheres em privação de liberdade é relacionada a fatores individuais, sociais e não programáticos, que proporcionam maiores riscos à saúde no interior do sistema carcerário³¹⁻⁴⁴. Tratando-se de características e comportamentos dessa população, pesquisadores expressaram que, quando se investiga a história clínica ginecológica e obstétrica da população feminina presa, identificam-se o início precoce sexual, taxas elevadas de gravidez e o não uso de anticoncepcional²⁷. Sendo assim, ao comparar as taxas de gravidez entre mulheres livres com as que estão privadas de liberdade é possível identificar que os números são maiores em mulheres encarceradas³⁸.

As dificuldades em promover saúde sexual no cárcere são identificadas a partir de fatos preocupantes revelados pela literatura. Aponta-se que, durante as visitas íntimas, tanto nas relações homoafetivas quanto nas heterossexuais, não são oferecidos preservativos às mulheres, dado importante que revela a desproteção ainda maior dessa população em relação às ISTs, bem como problemas de saúde advindos das infecções pelo *Human Papiloma Vírus* (HPV), como: lesões genitais e desenvolvimento do câncer de colo do útero³².

Em Teresina-PI, 38,5% das mulheres que estão sob regime de cumprimento de pena nunca utilizaram preservativo em suas relações sexuais e 62,2% não tinham conhecimento sobre transmissão da sífilis. Como resultado disso, houve a incidência da doença em 25,2% das mulheres³⁸. Esses dados assemelham-se a outro estudo encontrado nesta revisão de literatura⁴⁵.

Em relação ao pré-natal, mulheres em liberdade realizam, no mínimo, seis consultas, sendo que, em contrapartida, as que são privadas de liberdade fazem apenas uma e tardiamente. Esses entraves assistenciais de saúde expõem mulheres e conceito às doenças transmissíveis, como a sífilis. Nesse sentido, um estudo feito com população carcerária feminina na capital de um estado do Nordeste brasileiro revelou que a propagação da sífilis para o recém-nascido (RN) foi estimada em 66,7%, incidência de 58,1 para cada 1000 RN³⁸.

Os estudos que tratam a temática de maternidade no encarceramento revelaram que o ambiente carcerário promove danos emocionais e de ansiedade às mulheres. As fragilidades emocionais advêm de expectativas em relação à vida futura, à separação do filho, que tornam os pensamentos confusos e deturpados. Entretanto, há o comprometimento para a manutenção e desenvolvimento saudável na relação de mãe-filho^{10,12-34}.

Outra fragilidade sobre o acesso à saúde e direito negado às mulheres apenas, revelada pela literatura científica nesta pesquisa de RI, foi a dificuldade dos serviços de saúde em acolher as necessidades de saúde mental. As pesquisas demonstraram que, além dos problemas relacionados à dependência química de drogas legais e ilegais, sofrimento psíquico e transtornos psiquiátricos, a perspectiva de cuidado para sanar a complexidade do sofrimento humano, no contexto prisional, ocorre a partir da medicalização da vida.

Entre os fatores que afetam a saúde mental

das apenas, os estudos destacaram: ansiedade, estresse, depressão, alteração do padrão de sono, uso indevido de medicação psicotrópica e de drogas ilegais, abstinência sexual, interrupção das relações familiares, além das precárias condições de confinamento¹⁴⁻³⁰. Observou-se que 38,1% utilizam substâncias psicoativas ilegais, sendo a maconha e o crack as mais citadas; das legais, o tabagismo tem taxa elevada (76,2%), seguido do uso de bebida alcoólica (66,6%) e 6% são diagnosticadas com transtornos mentais, como depressão e ansiedade⁴⁴.

O volume de medicações psicotrópicas prescritas e consumidas é de, aproximadamente, 70%, índice superior ao das mulheres em liberdade²⁴. A prevalência de transtorno mental comum é de 66,7%⁴². Diante do exposto, torna-se importante a construção de uma psicologia política interdisciplinar, visto que 58,8% das mulheres passaram a fazer uso de psicotrópicos após adentrar o sistema carcerário³⁵.

Além disso, a distorção de imagem também foi um fator apontado pela literatura como problema de saúde mental. Insatisfação com o corpo (91,6%) e a distorção da autoimagem corporal (83,3%) indicam a necessidade de inclusão desses aspectos nas ações de promoção da saúde nos serviços anexados às prisões⁴³, visto que são motivos de sofrimento psicológico³⁹.

CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou conhecer o que tem sido pesquisado acerca das condições de saúde das mulheres privadas de liberdade no Brasil, sendo identificado que os serviços de saúde para essa população são precarizados e dificultadores do acesso às ações de prevenção e promoção da saúde de modo integral.

Foi possível identificar que há características comuns entre mulheres encarceradas no Brasil: a maioria delas são negras ou pardas, alvos de alguma violência (psicológica, física, sexual), seja social ou familiar, de baixo nível escolar e presas por tráfico de drogas.

A condição de saúde dessas mulheres, comparada à população feminina em geral, mostrou-se inferior, em virtude, principalmente, das insuficientes ou inadequadas ações de saúde para esse público. As doenças mentais foram relatadas frequentemente nos estudos que tratam da saúde da mulher encarcerada. A falta de ações estratégicas de

prevenção de doenças infectocontagiosas e promoção à saúde voltadas a essas formas de acometimento demonstram-se preocupantes no âmbito da saúde coletiva e pública.

Portanto, considerando as taxas de doenças físicas e mentais no sistema penitenciário, que surgem antes e depois da privação de liberdade, essas questões se colocam enquanto desafios na elaboração de estratégias e intervenções multidisciplinares das políticas em saúde pública.

Com a análise dos dados desta revisão, possibilitou-se, a partir das questões investigatórias dos estudos selecionados, refletir sobre as questões que permeiam a maneira como a mulher é visualizada na sociedade. As pesquisas, ao discutirem questões referentes à maternidade e reprodução humana, em grande parte, proporcionaram refletir sobre o entendimento limitado acerca da saúde da mulher, para além dos aspectos da reprodução e maternidade. Desse modo, cabe destacar a importância de superar paradigmas culturais e avançar no debate político, entendendo que as barreiras apontam uma relação mais estreita com a saúde biológica da mulher, e menos com a perspectiva de gênero e a concepção de saúde integral feminina no contexto de privação de liberdade.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Gabriele de Brito Braga contribuiu na concepção, delineamento do estudo, análise dos dados, redação do manuscrito, revisão crítica e aprovação da versão a ser publicada. **Diogo Henrique Tavares** orientou o delineamento do estudo, análise dos dados, redação do manuscrito, bem como realizou a revisão crítica e intelectual da versão a ser aprovada para publicação. **Lieni Fredo Herreira** contribuiu com a redação e revisão crítica do conteúdo intelectual a ser aprovado para publicação. **Vanda Maria da Rosa Jardim** contribuiu com a redação e revisão crítica do conteúdo intelectual a ser aprovado para publicação. **Beatriz Franchini** contribuiu com a revisão crítica do conteúdo intelectual a ser aprovado para publicação.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília (DF): Senado Federal; 1988.

2. Brasil. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Lei orgânica da saúde. Diário Oficial da União. 19 Set 1990; Seção 1.

3. Brasil. Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2007.

4. Brasil. Legislação em Saúde no Sistema Prisional. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2014.

5. Neto EJM, Bezerra TJSL. A prática da mistanásia nas prisões femininas brasileiras ante à omissão do direito à saúde e a negação da dignidade humana. Rev Bras Polít [serial on the internet]. 2018 [cited 2019 Sept 07];8(1):472-93. Available from: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/5074/3708>

6. Audi CAF, Santiago SM, Andrade MGG, Andrade MGGA, Francisco PMSB. Inquérito sobre condições de saúde de mulheres encarceradas. Saúde debate [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 Sept 7];40(109):112-24. Available from: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/VZnbxgFQ45ckyT6Sr4gMjBR/abstract/?lang=pt>

7. Polit DF, Beck CLT, Hungler BP. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed; 2004.

8. Souza MT, Silva MD, Carvalho R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer? Einstein (São Paulo) [serial on the internet]. 2010 [cited 2019 July 08];8(1):102-06. Available from: https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf

9. Barbosa APDI, Lyra CO, Bagni UV. Body image distortion and dissatisfaction in incarcerated women. Rev Nutr [serial on the internet]. 2019 [cited 2019 Sept 09];32:1-12. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732019000100520&lng=en&nrm=iso

10. Matos KKC, Silva SPC, Nascimento EA. Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. Interface [serial on the internet]. 2019 [cited 2019 Aug 02];23(10):1-12. Available from: <https://doi.org/10.1590/Interface.180028>

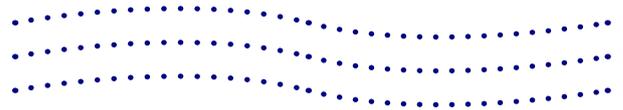
11. Reis CA, Zucco LP. Saúde sexual e saúde reprodutiva no cárcere: Uma discussão necessária para garantia de direitos das mulheres privadas de liberdade. Rev Catarinense de História [serial on the internet]. 2019 [cited 2019 Aug 02];1(33):66-86. Available from: <https://periodicos.ufrs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/10827/7153>

12. Guimaraes ML, Guedes TG, Lima LS, Morais SCR, Javorski M, Linhares FMP. Promoção do aleitamento materno no sistema prisional a partir da percepção

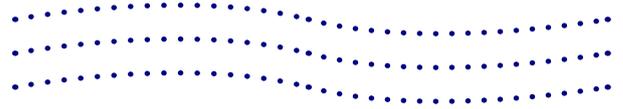
- de nutrizes encarceradas. Texto contexto enferm [serial on the internet]. 2018 [cited 2019 Aug 2];27(4):1-11. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072018000400317&lng=en&nrm=iso
13. Audi CAF, Santiago SM, Andrade MGG, Francisco PMSB. Common mental disorder among incarcerated women: a study on prevalence and associated factors. Ciênc Saúde Colet [serial on the internet]. 2018 [cited 2019 Sept 7];23(11):3587-96. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232018001103587&lng=en&nrm=iso
14. Constantino P, Assis SG, Pinto LW. O impacto da prisão na saúde mental dos presos do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Ciênc Saúde Colet [serial on the internet]. 2016 [cited 2016 Sept 07];21(7):2089-99. Available from: <https://www.scielosp.org/article/csc/2016.v21n7/2089-2100/#ModalDownloads>
15. Santos RMA, Linhares FMP, Morais SCR, Guedes TG, Guimarães ML. Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas. Rev esc enferm USP [serial on the internet]. 2018 [cited 2019 Aug 02];52:1-7. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342018000100423&lng=en&nrm=iso
16. Alcântara RLS, SOUSA CPC, Silva TSM. Infopen Mulheres de 2014 e 2018: Desafios para a Pesquisa em Psicologia. Psicol cienc prof [serial on the internet]. 2018 [cited 2019 Sept 15];2(38):88-101. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932018000600088&lng=en&nrm=iso
17. Padilha WS, Barsaglini RA. Saúde como direito: aparatos legais e estrutura da atenção no sistema prisional de mato grosso. Rev Direitos, Trabalho e Política Social [serial on the internet]. 2018 [cited 2019 Aug 02];4(7):96-121. Available from: <http://revista91.hospedagemdesites.ws/index.php/rdtps/article/view/136>
18. Graça BC, Mariano MM, Gusmão MAJX, et al. Dificuldades das mulheres privadas de liberdade no acesso aos serviços de saúde. Rev Bras Prom Saúde [serial on the internet]. 2018. [cited 2019 Sept 7];31(2):1-9. Available from: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/408/40855558021/40855558021.pdf>
19. Corsino PKD, Nascimento VF, Lucieto GC, Hattori TY, Graça BC, Espinosa MM, et al. Eficácia de ação educativa com reeducandas de cadeia pública de mato grosso sobre o vírus HPV. Rev Saúde e Pesquisa [serial on the internet]. 2018 [cited 2019 Sept 20];11(1):115-26. Available from: <https://177.129.73.3/index.php/saudpesq/article/view/6372/3160>
20. Graça BC, Hattori TY, Nascimento VF, Zaniolo L, Reis J, Cabral J, et al. Avaliação do conhecimento de reeducandas de Cadeia Pública de Mato Grosso sobre o câncer de mama e câncer de colo do útero. Rev epidemiol controle infecç [serial on the internet]. 2018 [cited 2019 Sept 20];8(4):1-8. Available from: <https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/11813/7629>
21. Costa EDS, Santos JDM, Rocha MRC, Viana LMM, Oliveira DM, Silva BJC, et al. Mulheres encarceradas: perfil, sexualidade e conhecimento sobre infecções sexualmente transmissíveis. Rev UNINGÁ [serial on the internet]. 2017 [cited 2019 Sept 20];52(1):23-28. Available from: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20170504_223633.pdf
22. Bastos A, Neves A, Rossarola L, Abbud M, Brandão M. Maternidade na Prisão: consequências do sistema carcerário. Jornal eletrônico [serial on the internet]. 2017 [cited 2020 Oct 06];2:91-112. Available from: <https://jornaleletronicofivj.com.br/jefvj/article/view/55>
23. Santos RCF, Pereira AV, Alves VH, Santo MV, Rodrigues DP, Marchiori GRS. Saúde de mulheres no climatério em sistema prisional. Cogitare [serial on the internet]. 2017 [cited 2019 Sept 20];22(1):01-08. Available from: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/48235/pdf>
24. Dalmaso TF, Meyer DEE. Circulação e consumo de drogas em uma penitenciária feminina: percepções de uma equipe de saúde prisional. Saúde debate [serial on the internet]. 2017 [cited 2019 Sept 20];41(115). Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010311042017000401156&lng=en&nrm=iso
25. Domingues RMSM, Leal MC, Pereira APE, Pereira APE, Ayres B, Sánchez AR, Louzé B. Prevalence of syphilis and HIV infection during pregnancy in incarcerated women and the incidence of congenital syphilis in births in prison in Brazil. Cad Saúde Pública [serial on the internet]. 2017 [cited 2019 Aug 20];33(11):1-15. Available from: <https://www.scielo.br/j/csp/a/tCx58cqWpt8VxDpVNFTyN/?lang=en>
26. Santos MV, Alves VH, Pereira AV, Rodrigues DP, Marchiori GRS, Guerra LVV. Mental health of incarcerated women in the state of Rio de Janeiro. Texto contexto enferm [serial on the internet]. 2017 [cited 2019 Aug 02];26(2):1-10. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072017000200314&lng=en&nrm=iso
27. Santos MV, Alves MV, Pereira VH, Rodrigues DP, Marchiori GRS, Guerra JVV. A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do

- estado do Rio de Janeiro. Esc. Anna Nery [serial on the internet]. 2017 [cited 2019 Aug 02];21(2):1-7. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452017000200205&lng=en&nrm=iso
28. Lopes TC, Pinheiro R. Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. Physis [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 Sept 20];26(4):1193-1212. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000400007>
29. Leal MC, Ayres BVS, Pereira ANE, Sánchez AR, Larouze B. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. Ciênc Saúde Colet [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 Aug 02];21(2):2061-70. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000702061&lng=en&nrm=iso
30. Thomaz GC, Oliveira JFT, Bispo CF. Vulnerabilidades no envolvimento feminino com drogas: um estudo com mulheres em situação de prisão. Rev Enferm Contemp [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 Aug 02];5(2):230-241. Available from: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/1042/728>
31. Diuana V, Ventura M, Simas L, Larouze B, Correa M. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. Ciênc Saúde Colet [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 Aug 20];21(7):2041-50. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232016000702041&lng=pt&nrm=iso
32. Nicolau AIO, Aquino OS, Ximenes LB, Pinheiro KB. Determinantes sociais proximais relacionados ao câncer cervicouterino em mulheres privadas de liberdade. REME [serial on the internet]. 2015 [cited 2019 Aug 02];19(3):725-32. Available from: <https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1035>
33. Oliveira L, Miranda FA, Costa GM. Vivência da maternidade para presidiárias. Rev Eletr Enferm [serial on the internet]. 2015 [cited 2019 Aug 02];17(2):360-9. Available from: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/29784>
34. Ventura M, Simas L, Larouze B. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. Cad Saúde Pública [serial on the internet]. 2015 [cited 2019 Sept 07];31(3):607-19. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2015000300607&lng=pt&nrm=iso
35. Figueiro RA, Dimenstein M, Alves D, Medeiros G. Consumo de medicação psicotrópica em uma prisão feminina. Rev psicol polít [serial on the internet]. 2015 [cited 2019 Aug 20];15(34):531-46. Available from: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000300006&lng=pt&nrm=iso
36. Pimentel IS, Carvalho LFS, Carvalho SN, Carvalho CMS. Percepção de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência à saúde no sistema penitenciário. Rev Interd [serial on the internet]. 2015 [cited 2019 Aug 02];8(4):109-19. Available from: https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/659/pdf_268
37. Bispo TCF, Oliveira CAD, Ferreira Neto EA, Carvalho ER, Lino NN, Santos AM. Saúde sexual e reprodutiva no contexto da prisão: vivências de presidiárias de Salvador-BA. Rev Enferm Contemp [serial on the internet]. 2015 [cited 2019 Aug 02];4(2):109-20. Available from: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/747/539>
38. Araújo TME, Filho ACAA, Feitosa KVA. Prevalência de sífilis em mulheres do sistema prisional de uma capital do nordeste brasileiro. Rev Eletr Enf [serial on the internet]. 2015 [cited 2019 Sept 9];4(17):1-11. Available from: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/28898/20685>
39. Oliveira KA, Santos LRCS. Perfil epidemiológico da população carcerária feminina de vitória da conquista-BA. Rev Saúde (Santa Maria) [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 Aug 02]; 42(1):21-30. Available from: <https://periodicos.ufsm.br/revistasaude/article/view/15242/pdf>
40. Souza GC, Cabral KDS, Leite-Salgueiro CDB. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa. Arq Ciênc Saúde UNIPAR [serial on the internet]. 2018 [cited 2019 Aug 02];18(22):55-62. Available from: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6240/3563>
41. Audi CAF, Santiago SM, Andrade MGG, Francisco PMSB. Exame de Papanicolau em mulheres encarceradas. Rev bras epidemiol [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 Sept 7];19(3):675-78. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2016000300675&lng=en&nrm=iso
42. Ribeiro MAT, Deus NMSF. Mulheres encarceradas: a saúde atrás das grades. Rev Psicol Divers Saúde [serial on the internet]. 2017 [cited 2019 Aug 02];6(4):325-39. Available from: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1708>

43. Brasil. Controle dos cânceres do colo do útero e da mama. 2. ed. Brasília (DF): Ministério da Saúde; 2013.



44. Silva BG, Mendes DRG. Realidade sexual de mulheres presidiárias. *Revisa* [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 Aug 02];5(2):178-85. Available from: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/269>



45. Macedo FRM, Terra FS, Santos SVM, Miranda RPR, Santana APA, Pereira SA. Perfil socioeconômico e saúde ginecológica de presidiárias. *Sanare (Sobral, Online)* [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 Sept 20];15(2):30-36. Available from: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1035>

